



O mapa dos concursos públicos em dez redes municipais de ensino: o perfil profissional do professor de Educação Especial após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

The map of the public tenders in ten municipal teaching networks: the professional profile of the Special Education teacher after the National Policy of Special Education in the perspective of Inclusive Education

Marilene Faria Büttenbender¹

Geovana Mendonça Lunardi Mendes²

Palavras-chave: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Serviços de Educação Especial. Professor de Educação Especial. Formação Profissional do Professor de Educação Especial.

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular

1 ARGUMENTOS INICIAIS

O presente texto tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa do curso de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Constitui-se um recorte de um projeto em rede de investigação, vinculado e financiado pela rede nacional do 'Programa Observatório da Educação' (OBEDUC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Edital 49/2012), intitulado 'A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem'.

¹ Especialista em Administração Escolar, Mestranda do PPGE/UDESC, marifariab@gmail.com

² Doutora em Educação, Professora do PPGE/UDESC, geolunardi@gmail.com



2 PERFIL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nessa esteira, a dissertação de mestrado versa sobre o perfil profissional do professor Educação Especial nos concursos públicos municipais. Utilizamos como fonte documental, os editais de seleção dos concursos públicos das dez Redes Municipais de Ensino (RME's), do projeto em rede, nos seguintes municípios brasileiros: Florianópolis/SC, Balneário Camboriú/SC, Belford Roxo/RJ, Duque de Caxias/RJ, Mesquita/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Nilópolis/RJ, Queimados/RJ e São João de Meriti/RJ.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa documental, numa abordagem teórico-metodológica pós-estruturalista, inspiradas na “Teoria da Política de Atuação” (*Theory of Policy*) proposto por Stephen Ball e suas colaboradoras Meg Maguire e Annette Braun (2016), que fazem a análise de políticas públicas, a partir de contextos convergentes, e é no contexto da prática que as políticas são interpretadas e traduzidas. Tratam-se de autores que, ao descreverem e conceituarem a relação entre política e prática, problematizam a implantação das políticas, e sua realização nos contextos educacionais.

Com base no referencial teórico, analisamos o modo como as 10 RME's interpretam e traduzem as diretrizes da PNEEPEI (2008) nas questões afetas ao perfil profissional do professor de Educação Especial. Para as análises empíricas dos documentos, elegemos três eixos, são eles: ‘Serviço, Função e Formação’.

Estes eixos foram definidos considerando os objetivos propostos na pesquisa, bem como, alguns indicadores extraídos do levantamento de produções acadêmicas realizados previamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNEEPEI (BRASIL, 2008) representa um novo marco “teórico e político da educação brasileira”, definindo a Educação Especial como modalidade não substitutiva à escolarização. Desse modo a promoção da inclusão, no acesso dos estudantes da Educação Especial às turmas das escolas comuns, trouxe novas



configurações de serviços especializados, que segundo esta política, visam à transposição das barreiras que os impedem de cursar, com autonomia todos os níveis de ensino, em suas etapas e modalidades.

Na busca de compreender o perfil profissional do professor de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, a partir da tradução das RME's envolvidas nesta pesquisa, identificamos e analisamos as prescrições dos 22 editais de seleção dos concursos públicos municipais, no recorte temporal compreendido entre os anos de 2008 e 2016.

Os resultados provenientes da análise documental revelam traduções diferentes dos gestores municipais ao implantarem a PNEEPEI em suas RME's ao evidenciarem diferentes ofertas de serviços de Educação Especial. Com isso, verificamos certa fragilidade na efetivação das 'Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da educação básica' (BRASIL, 2002; 2015), visto que, os atores envolvidos neste processo de seleção, ao cargo de professor de Educação Especial, apresentam um perfil profissional divergente ao exigido pelos editais.

Referências

BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. (2016). **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG.

BRASIL. (2002). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena** – Parecer CNE/CP nº 9/2001. Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

BRASIL. (2008). Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC, SEESP, janeiro de 2008.

BRASIL. (2015). Conselho Nacional de Educação. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.